

MEMÓRIA DA 69ª REUNIÃO ORDINÁRIA

REDE DE CONTROLE DA GESTÃO PÚBLICA – 2025

Aos vinte e oito de novembro de 2025, das 10h00 às 11h58, realizou-se por videoconferência a 69ª Reunião Ordinária da Rede de Controle da Gestão Pública - Paraná. Estavam presentes os representantes das seguintes Instituições: Controladoria-Geral do Estado do Paraná – CGE/PR; Controladoria-Geral da União – CGU; Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR; Tribunal de Contas da União (TCU); Tribunal de Justiça do Estado do Paraná – TJPR; Tribunal Regional Eleitoral do Paraná – TRE/PR; Ministério Público de Contas do Estado do Paraná – MPC-PR; Ministério Público do Estado do Paraná – MPPR; Procuradoria-Geral do Estado do Paraná – PGE-PR; Secretaria do Desenvolvimento Social e Família – SEDEF; Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná - CELEPAR; e Observatório Social do Brasil. A sessão foi presidida pela Coordenadora Executiva da Rede de Controle da Gestão Pública do Paraná, Dra. Louise da Costa e Silva Garnica, e secretariada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Louise Garnica (CGE/PR) abriu a reunião informando que a servidora Kallynca Rodrigues **(CGE/PR)** será substituída pela servidora **Carla (CGE/PR)** nas atividades à frente da Rede de Controle. Justificou também que teria que sair para outro compromisso, e a condução da reunião ficaria sob responsabilidade da servidora **Kallynca (CGE/PR)**.

Fábio de Araujo (TJPR) cumprimentou a todos os presentes, destacando que iniciaria a gravação da reunião com a finalidade de auxiliar na construção da Ata e que disponibilizaria a lista de presença no chat.

Kallynca (CGE/PR) iniciou a reunião propondo a aprovação da ata 68ª Reunião Ordinária da Rede de Controle da Gestão Pública - Paraná, que foi aprovada por unanimidade e, na sequência, avançou para o segundo item da pauta, a respeito da assinatura do Acordo de Cooperação Técnica nº 18/2025 enviado pela Tribunal de Contas da União. Os órgãos receberão um e-mail a partir da próxima semana (01/12/2025) e é importante que os representantes avisem os dirigentes para que assinem o documento.

Bruno Galati (MPPR) ressaltou que é contrário à assinatura de um acordo, visto que as reuniões são inerentes à atividade de cada um e a Rede de Controle da Gestão Pública -

Paraná tem atuado ativamente, independente de formalização de acordo. Entende que se trata de uma burocracia desnecessária.

Ney Ribas (OBS) também concordou com a fala do representante do MPPR, porém destacou que é uma questão de formalidade, e questionou, ainda, se a carta de intenções a nível federal ainda está vigente ou se também tem sido renovada.

Kallynca (CGE/PR) disse não ter informações sobre as questões do nível federal, mas explicou que a nível estadual a renovação do acordo é feita a cada 5 (cinco) anos devido à vigência definida no documento. Completou dizendo que estudaria sobre a possibilidade de que futuros acordos possam ser consignados sem prazo de vigência estipulado.

Carlos Eduardo (TCU) destacou que fica feliz com a manifestação dos colegas, visto que indicam uma maturidade no Estado do Paraná. O Tribunal de Contas da União vê o acordo como um instrumento para fortalecer o compromisso entre os participantes, pois em vários locais não existem iniciativas. Na sequência, dando início à apresentação de boas práticas prevista na pauta, **Carlos Eduardo (TCU)** passou a palavra ao convidado **Rafael Albuquerque da Silva (TCU)**, auditor-chefe especializado em tecnologia da informação, para compartilhar as práticas de cibersegurança adotadas na administração pública federal.

Rafael Albuquerque (TCU) iniciou a apresentação destacando a importância de a administração pública desenvolver estratégias para prevenir e mitigar impactos dos ataques digitais. O TCU instituiu uma área específica de auditoria para cuidar de segurança da informação e cibersegurança e ele apresenta as estratégias adotadas nos últimos 3 (três) anos. Destacou que após os primeiros trabalhos a unidade passou por uma reestruturação, pois avaliaram que muitas instituições federais possuíam políticas e procedimentos definidos que não se refletiam no cenário de ataques reais. No planejamento, passaram a aplicar um *mindset* de segurança ofensivo, pensando em como o atacante pensa para então propor os testes de auditoria. Detalhou que a equipe iniciou fiscalizações técnicas para prevenir ataques de *ransomware*, destacando a importância de backups e as consequências de ataques bem-sucedidos. Na sequência, **Rafael (TCU)** apresentou a abordagem de auditoria operacional do Protege TI, esclarecendo que não realizam testes invasivos, mas avaliam controles e compartilham procedimentos com os auditados. Relatou também que os resultados das fiscalizações e lições aprendidas são compartilhados em eventos e lives no canal do TCU no YouTube, visando disseminar boas práticas de segurança. Informou que, além das auditorias técnicas, o TCU avaliou a proposta de instituir

uma política nacional de cibersegurança com alcance nacional e estrutura adequada para coordenar a sua execução, à semelhança da aplicação da Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

Kallynca (CGE/PR) retomou a fala, agradecendo a exposição feita por **Rafael (TCU)**, destacou a importância de promover campanhas de conscientização internas, como relatado, e questionou com que periodicidade eles realizam simulações de phishing.

Rafael (TCU) explicou que campanhas de simulação de phishing só são realizadas com autorização dos órgãos, e que planos de ação são formalizados e assinados pela autoridade máxima da organização. Para a auditoria, o ponto mais relevante é identificar e expor os riscos.

Bruno Galati (MPPR) destacou a vulnerabilidade dos municípios devido à falta de estrutura de TI e sugeriu discutir regras e boas práticas de segurança específicas para esses órgãos dentro da rede.

Rafael (TCU) concordou que a realidade das prefeituras em relação à segurança cibernética é muito diferente da administração pública federal, evidenciando desafios específicos de estados e municípios.

Carla Demchuk (CGE/PR) questionou se a nova Estratégia Nacional de Cibersegurança (E-Ciber) pode colaborar como eixo principal para iniciar um movimento de outras políticas relacionadas à segurança e transformação digital.

Rafael (TCU) destaca novamente seu entendimento sobre a relevância da criação de uma agência no modelo da ANPD que tenha autonomia e capacidade suficiente para orientar essa agenda em nível nacional. Ressalta também a importância de que o processo seja liderado sempre pela Alta Administração das instituições, e não pela área de TI, porque ela é quem libera recursos e determina prioridades.

Gilmar (CGE/PR) diz que vê a LGPD como uma oportunidade para avançar também para os dados corporativos.

Kallynca (CGE/PR) avança para os itens previstos na pauta, e solicita que **Conrado (CGE/PR)** inicie os relatos das Comissões Permanentes.

Conrado (CGE/PR), responsável pela Comissão Permanente de Acesso e Intercâmbio de Informações, relatou que na última reunião discutiram sobre a Lei Geral de Proteção de

Dados (LGPD), mas que deliberaram que novas reuniões ocorrerão sob demanda do plenário ou de outros membros do grupo.

Kallynca (CGE/PR) justifica a ausência de Francine, responsável pela Comissão Permanente de Capacitação e Proposição Legislativa, mas que o atual status é que finalizaram a organização do material voltado à orientação dos municípios sobre controle interno e estão alinhando a melhor estratégia de divulgação. Com relação à Comissão Permanente de Prevenção e Controle Social estão aguardando retorno da rede do Terceiro Setor sobre pedido de informação encaminhada. Outra atualização necessária foi sobre o GT Controle Interno. Tendo em vista o baixo retorno de respostas dos municípios aos formulários encaminhados, optou-se por prorrogar o prazo inicialmente estipulado para o dia 15/12/2025.

Bruno (MPPR) comunica que no dia 10/12/2025 o MPPR promoverá um evento de encerramento do projeto de transparência realizado com as universidades estaduais do Paraná e encaminhará o link do evento para aqueles que puderem acompanhar.

Kallynca (CGE/PR) agradeceu todo o tempo que esteve envolvida com os trabalhos da rede, e informou que a próxima reunião estava prevista para o final de janeiro, contudo, considerando que é um período de férias e recesso, gostaria de acordar com todos os presentes que a próxima reunião seja realizada em 27/03/2026. Sem manifestações, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.

DELIBERAÇÃO			
Nº	Ação	Responsável	Previsão
1	Acordo de Cooperação Técnica nº 18/2025 - estudos sobre a possibilidade de que futuros acordos possam ser consignados sem prazo de vigência estipulado.	CGE-PR	-

Assinaram a lista de presença:

Id	Nome Completo	Órgão / Instituição
1	Eduardo Vanderlei dos Santos Junior	CGE-PR
2	Robson Duarte Xavier	MPC-PR
3	Ney da Nóbrega Ribas	Observatório Social do Brasil
4	Matheus Gruber	CGE/PR
5	Conrado Fernando Schramme	Controladoria-Geral do Estado do Paraná
6	Maurício Ferreira Liberato	SEDEF
7	Laís Cândida Ferreira	Tribunal de Justiça do Paraná
8	HILLENE DE CASSIA SBALQUEIRO SILVA MEIRA	TRE-PR
9	Luiz Antonio Paravato Lessa	TCE/PR
10	Luís Augusto Maciel Cavalheiro	CGE - EGP (Escritório de Gestão de Projetos)
11	Elton Augusto dos Anjos	CGE
12	Giovanna Menezes Faria	Ministério Público de Contas do Estado do Paraná (MPC-PR)
13	CARLOS EDUARDO DIAS PEREIRA	TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
14	Bruno Sergio Galati	MPPR
15	Roni Enara Rodrigues	Observatório Social do Brasil
16	Igor Gomes da Costa	PGE
17	Demian Bianchi Bertozzi	CGU/PR
18	Joao Guilherme Lopes	Tribunal de Justiça do Estado do Paraná
19	Carla Demchuk	CGE - PR
20	Juliano Aziz Domingos	Celepar
21	Kallynca Carvalho dos Santos Rodrigues	CGE/PR
22	Mirian Simões	CGE



23	Fábio de Araujo	Tribunal de Justiça do Paraná
----	-----------------	-------------------------------